

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS

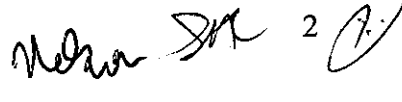
Ata da 1ª Reunião do Conselho Nacional Antidrogas - CONAD
Realizada em 18 de junho 2008

1. Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e oito, às quatorze horas e trinta minutos, no Auditório de Vídeo e Difusão do Palácio do Planalto, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Nacional Antidrogas – CONAD, para sua 1ª Reunião em 2008, sob a presidência do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Presidente do Conselho Nacional Antidrogas, Jorge Armando Felix e coordenada pelo Secretário Nacional Antidrogas e Secretário Executivo do CONAD, Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa. Presentes os Conselheiros: Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, representante da Secretaria Nacional Antidrogas; Elisaldo Luiz de Araújo Carlini, representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Domingos Bernardo Gialluisi da Silva Sá, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Paulo Tarso de Oliveira, representante do Departamento de Polícia Federal; Paulo Sérgio Ribeiro, representante do Ministério da Defesa; Carlos Artexes Simões, representante do Ministério da Educação; Luizemir Wolney Carvalho Lago, representante dos Conselhos Estaduais Antidrogas/Entorpecentes; Mônica Gorgulho, representante do Conselho Federal de Psicologia; Edward John Baptista das Neves MacRae, Antropólogo; Nelson Giovanelli Rosendo dos Santos, representante do Terceiro Setor – Fazenda Esperança; Elizeta Maria de Paiva Ramos, representante do Ministério Público e Eric Sogocio, representante do Ministério das Relações Exteriores.
2. Item 1 – ABERTURA → O Presidente do CONAD, cumprimentou os Conselheiros e demais presentes e abriu os trabalhos informando sobre o Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória sobre o Álcool nas Estradas, aprovado pelo Congresso Nacional, que será sancionada amanhã (19/06/08), pelo Presidente da República, na cerimônia de abertura da X Semana Nacional Antidrogas.
3. Item 2 – ASSINATURA DOS TERMOS DE POSSE – o Presidente do CONAD, deu posse aos novos Conselheiros: Paulo Tarso de Oliveira e Marcello Diniz Cordeiro, representante do Departamento de Polícia Federal, Titular e Suplente, respectivamente, e os representantes do Ministério da Educação: Carlos Artexes Simões, Titular e Angélica Acácia Ayres Angola, Suplente. A seguir, passou a coordenação da reunião ao Secretário Executivo do CONAD.
4. Item 3 – ASSINATURA DAS ATAS DA 1ª E 2ª REUNIÕES ORDINÁRIAS DE 2007 – o Secretário Executivo seguindo a pauta, solicitou à Secretária do CONAD que colhesse as assinaturas nas Atas, que foram previamente lidas e aprovadas, por unanimidade, pelos Conselheiros que participaram das duas reuniões.



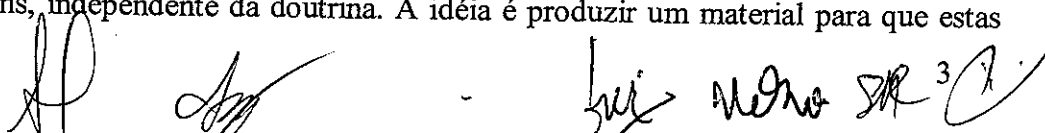
Handwritten signatures of the council members and the secretary, including names like Paulo Tarso de Oliveira, Marcello Diniz Cordeiro, Carlos Artexes Simões, Angélica Acácia Ayres Angola, and others.

5. O Secretário Executivo aproveitou a oportunidade para convidar os Conselheiros para a Cerimônia de abertura da X Semana Nacional Antidrogas, amanhã, no Salão Nobre do Palácio do Planalto, que contará com a participação do Senhor Presidente da República. Nessa Cerimônia, serão premiados os vencedores dos concursos de Cartazes; de Jingle; de Monografia e de Fotografia, promovidos, anualmente, pela SENAD. Informou, ainda, que no dia 22 de fevereiro de 2008, o Ministro Felix, juntamente com o Ministro Tarso Genro, assinaram um Acordo de Cooperação para que o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, financie alguns projetos de interesse da SENAD, como por exemplo: Expansão do serviço de atendimento do VIVA VOZ, hoje o atendimento é realizado apenas no horário do expediente e nos dias úteis. Com a implantação desse Projeto, passará a atender, também, aos sábados, domingos e feriados. Os Projetos Fé na Prevenção; Capacitação dos Juizados Especiais e a Pesquisa sobre Álcool e Trânsito.
6. Prosseguindo informou que no próximo dia 26, Dia Internacional de Combate ao Tráfico de Drogas, a ONU vai lançar seu Relatório Mundial, cujos dados são mais ou menos similares ao Relatório da JIFE, recentemente divulgado.
7. Item 4 – O Secretário Executivo relatou que a MP-415 e PLV-13/2008 – POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS/MP contou com a participação ativa do Deputado Hugo Leal, como Relator e como ele fez um trabalho brilhante, foi convidado pelo CONAD para expor nesta reunião, tudo aquilo que realizou e o que não conseguiu realizar. Infelizmente, de última hora, fomos informados que ele teve que atender um problema particular e não vai poder estar presente nesta reunião.
8. Item 5 – A POLÍTICA NACIONAL SOBRE O ÁLCOOL - CENÁRIO ATUAL – A Secretária-Adjunta da SENAD iniciou sua apresentação informando que os esforços concentraram-se na atualização legislativa que exigiu atenção e participação da SENAD, de outros órgãos e dos Ministérios parceiros. Informou que, efetivamente, o que mais se discutiu foi a questão álcool e trânsito e álcool e direção. Essa questão foi amplamente discutida no âmbito do Conselho de Trânsito, dos Comitês de Segurança e Saúde e Paz no Trânsito, onde participam todos os órgãos de Governo que têm alguma relação com o tema álcool ou trânsito. A partir de todas essas discussões e tendo em vista o grande número de acidentes computados pela Polícia Rodoviária Federal, o Ministério da Justiça, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério das Cidades e o Ministério dos Transportes discutiram amplamente, a partir de suas equipes técnicas, o que essa Medida Provisória deveria conter. A primeira coisa foi a proibição da venda de bebidas em todas as rodovias federais. Em 21 de janeiro de 2008, foi encaminhado ao Congresso Nacional, pelo Presidente da República, a Medida Provisória nº. 415, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em margens de rodovias e conceitua a bebida alcoólica a partir de 0,5 grau Gay Lussac de álcool na sua composição e traz algumas questões mais pontuais em termos de fiscalização e de aplicação. “Essa era a vontade de todos os Ministérios envolvidos”. Ou seja, uma medida que proibisse a comercialização de bebidas alcoólicas ao longo das rodovias do Brasil; definisse bebida alcoólica da mesma forma que a Política Nacional sobre o Álcool e permitisse uma adequada fiscalização pelos órgãos responsáveis, basicamente, a Polícia Rodoviária Federal, o Departamento Nacional de Transportes e a Agência Nacional de Transportes. Durante a discussão, o Deputado Hugo Leal, relator da Medida Provisória, recebeu um total de 47 emendas, sendo que 19 delas, pedia a liberação da venda na área urbana. Isso foi amplamente debatido e discutido não só a nível técnico, mas também, com os Ministros, em relação ao que seria aceitável ou não, acolher daquela Medida Provisória. Chegou-se a um consenso de que seria aceitável a liberação da venda na área urbana. Também foram acolhidas outras emendas que não nos agradaram muito. Como por exemplo, a questão da alcoolemia zero. Desde o primeiro momento, especialmente, a SENAD e o Ministério da Saúde se posicionaram desfavoráveis à questão da alcoolemia zero. A idéia era manter os atuais 0.6 gramas/litro por está

 2

absolutamente de acordo com aquilo que os países que têm boas políticas e boas legislações sobre o álcool recomendam. A União Européia, por exemplo, recomenda aos seus países membros o índice de 0.5 e, segundo um estudo da OMS, em quarenta países, apenas o Japão tem alcoolemia zero. A Suécia e um ou dois países nórdicos toleram até 0.2. Apesar de todos os argumentos dos órgãos envolvidos no assunto, prevaleceu a tolerância zero.

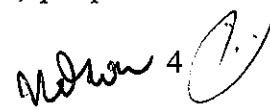
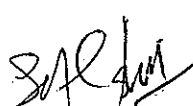
9. Continuando, acrescentou que uma questão em que houve consenso entre todos os órgãos envolvidos, inclusive, o Ministério das Cidades, foi a alteração do Código de Trânsito, em relação à prisão em flagrante para aquele motorista que provoca um acidente. Hoje, o Código de Trânsito diz que, quem provoca um acidente, mas presta socorro, se livra da prisão em flagrante. Com essa alteração no Projeto de Lei de Conversão, se a pessoa que provocou um acidente apresentar qualquer teor de álcool no sangue, está sujeito à prisão em flagrante. Essa é uma das questões que foi discutida pelos seis Ministérios envolvidos e optaram por encaminhar parecer para que fosse observado pela Casa Civil, ao encaminhar ao Presidente da República. Outra modificação legislativa diz respeito ao conceito de bebida alcoólica, que apesar de estar definido na Política sobre o Álcool, ainda se diz que bebida alcoólica é aquela que tem um teor alcoólico a partir de 13 graus. O Projeto de Lei foi encaminhado pelo Governo em regime de urgência constitucional, mas, por conta do número de outras Medidas Provisórias urgentes que aguardavam votação, houve um acordo das lideranças dos partidos no Congresso, no sentido da retirada da urgência constitucional, mas existe a promessa para que seja votado no início do segundo semestre. Acrescentou que essa é uma discussão que ainda está viva e pediu a colaboração dos Conselheiros do CONAD para ajudarem nas discussões que serão feitas na Câmara.
10. Informou que a SENAD, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul estão realizando uma pesquisa sobre o impacto do uso de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas no trânsito. Acrescentou que a pesquisa será realizada nos em vinte e seis estados brasileiros e no Distrito Federal. Este Projeto é inédito no Brasil e será composto de oito estudos. Em relação à questão do tratamento e do mapeamento das instituições governamentais e não-governamentais de atenção aos usuários e dependentes de drogas, já foi terminado. Esse material foi entregue ao Ministério da Saúde, para análise. Foi um levantamento extremamente complexo, que a SENAD começou em 2003, com o apoio do IPEA e que foi muito útil em termos de metodologia, levantamento e classificação dessas organizações. Informou que no banco de dados do OBID e do Viva Voz, tem aproximadamente, dez mil instituições cadastradas, à disposição da população brasileira, seja de tratamento, de ensino, de pesquisa, de prevenção e de redução de danos, em todas as cidades do Brasil. Em relação à segurança pública, uma das medidas é a destinação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Nacional Antidrogas para aqueles municípios que apresentem projetos para diminuir a violência e a criminalidade associada ao uso de álcool. Quanto à capacitação, está sendo reeditado o Curso para Educadores, que este ano contempla: cinco mil profissionais que trabalham com crianças e adolescentes; cinco mil profissionais dos Centros de Referências de Assistência Social e o Curso para Conselheiros Municipais com quinze mil vagas. Também já estão abertas as inscrições do Curso para Profissionais no Ambiente de Trabalho, numa parceria com o SESI Nacional e a Universidade Federal de Santa Catarina.
11. Comunicou, ainda, que amanhã (19/06), na cerimônia de abertura da X Semana Nacional Antidrogas, será lançado um programa inédito, para capacitar lideranças religiosas e lideranças dos movimentos afins, que têm um importante papel de trabalho social na área de drogas. A SENAD, reconhecendo o importante papel que esses movimentos têm no acolhimento de pessoas que têm problemas com drogas, resolveu preparar, juntamente com a Universidade Federal de São Paulo e com as lideranças religiosas o Projeto "Fé na Prevenção". Este projeto contempla a edição de materiais para lideranças religiosas e de movimentos afins, independente da doutrina. A idéia é produzir um material para que estas



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with initials like 'SR' and '3'.

lideranças recebam informações conceituais adequadas, levando o conhecimento sem interferir na questão doutrinária. Material específico para pais, outro para jovens e ainda outro para cônjuges, ou seja, para aqueles casais que já estão, de alguma forma, tendo problemas com o companheiro, ou companheira, pelo uso de algum tipo de drogas.

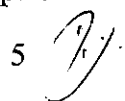
12. Finalizando, lembrou que a SENAD está completando dez anos e que, desde 1998, o Brasil aderiu aos princípios de Redução da Demanda, na Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas. A partir daí, começou o processo de construção da Política Nacional sobre Drogas. Houve um grande avanço, mas também algumas dificuldades. Mencionou que agora chegou o momento de se fazer uma avaliação do processo de implantação e uma avaliação do impacto dessa Política. Para isso, será necessária a busca de organizações internacionais, universidades brasileiras e de especialistas em avaliação de políticas públicas. Acrescentou que a SENAD já recebeu o apoio do Observatório Europeu, que vem monitorando as políticas de drogas da Europa e do Governo de Portugal. Ressaltou que, efetivamente, é necessária uma avaliação dos processos da Política, mas, por enquanto, é apenas uma idéia, ainda não tem um projeto, para tanto, a SENAD gostaria de contar com a opinião dos Conselheiros.
13. O Secretário Executivo retomando a palavra informou que, quanto ao Projeto "Fé na Prevenção", apresentado pela Secretária-Adjunta, tem a acrescentar que a SENAD está bastante feliz com a abertura, a confiança e a credibilidade com que foi recebida por essas lideranças. Acrescentou que é fundamental que a linguagem falada pelo padre seja a mesma do pastor, do espírita, do rabino e etc. A seguir passou a palavra ao representante da redução da oferta.
14. O Conselheiro Paulo Tarso de Oliveira, iniciou sua apresentação informando que, ultimamente, tem havido um aumento muito grande na entrada de cocaína e de pasta base de cocaína, no Brasil, principalmente, da região da Bolívia, devido a uma política mais liberal do Governo Boliviano e com o aumento das áreas de plantio de coca, que tem impactado muito na produção da pasta de cocaína. Considera que a pasta de cocaína representa um problema muito maior para o Brasil, do que se o tráfico fosse feito com cloridrato de cocaína e com pó, porque a pasta se transforma no crack, que é a droga que está dizimando os jovens nas cidades. Policiais de vários estados têm relatado que o crack está virando uma praga, muito pior, hoje, do que quando foi lançado há uns 15 anos atrás. A pasta de cocaína também se transforma na "merla", que está muito presente aqui no Distrito Federal. É uma droga fumada, a exemplo do crack, e os efeitos na saúde são devastadores. Acrescentou que o lucro é muito grande para os traficantes que vendem as pedras de crack porque o consumo é incessante: o viciado não para de usar, enquanto tem dinheiro, ele usa. Essa tem sido uma preocupação porque têm se observado muito pouca apreensão de cocaína na forma de pó e em forma de cloridrato. O que tem sido apreendido desse tipo de droga se destina basicamente para a Europa, via África. A grande rota do tráfico de cocaína hoje, é via Brasil ou Venezuela, descendo para a costa ocidental da África e dali subindo para a Europa. Ultimamente, tem aumentado muito a apreensão do Êxtase e do MDA, nos aeroportos. Essa droga vem basicamente da Holanda. Também tem sido grande a apreensão de LSD, coisa que há anos não ocorria. O LSD está entrando firme no Brasil. A última apreensão foi em Salvador/BA, com 50.000 pontos de LSD. Agora, as drogas sintéticas passaram a ser uma grande preocupação para a Polícia Federal. Antes, ela estava voltada mais para a questão da cocaína porque os produtores são vizinhos do Brasil, mas as drogas sintéticas que vêm da Europa também é uma grande preocupação para o País.
15. Por conta disso, a Polícia Federal tem feito alguns macro projetos. Está sendo inaugurado um projeto chamado "PROMAR", nos portos, no sentido de fiscalizar e fazer uma análise de containeres para saber o que está saindo do Brasil. É um trabalho em conjunto com a Receita Federal para tentar barrar a saída de cocaína por container para a Europa, porque não há



fiscalização nenhuma nos portos, nem da Polícia Federal e nem da Receita Federal, no que tange às drogas, mas está havendo esforços para um trabalho em conjunto.

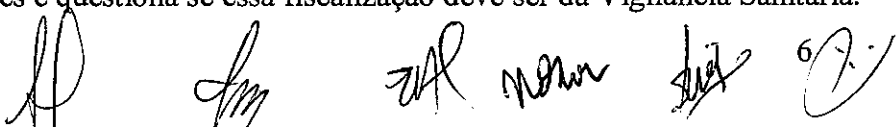
16. Informou sobre outros macros projetos que serão implantados pelo DPF: O PROAR que é um Curso de Especialização de Policiais para a identificação de “mulas”, nos aeroportos brasileiros; o PROPOSTAL em parceria com a Receita Federal para detectar a saída de drogas através do raio-X e o PRONET para detectar o tráfico de drogas pela internet.
17. Destacou que há um trabalho importante entre a fronteira do Brasil com a Bolívia, por intermédio da Força Especial de Luta contra o Narcotráfico – FELCC da Bolívia, no desenvolvimento de operações combinadas, no sentido de barrar a entrada de pasta de cocaína. Um outro ponto importante é a utilização da FAB nas operações de interdição de drogas. Neste ano, com o apoio da FAB, foram feitas cinco apreensões de aviões com drogas e hum mil e trezentos quilos de cocaína.
18. Citou, também, a criação do Centro Regional de Inteligência de Foz do Iguaçu que é um trabalho conjunto com a Tríplice Fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina. Isso é muito importante porque facilita a troca de informações entre os países sem precisar usar os canais burocráticos da Interpol.
19. Finalizando, acrescentou que recentemente, foi realizado um trabalho de erradicação da maconha no Estado de Pernambuco, tirando duzentas toneladas de maconha do mercado e a erradicação de mais de dois milhões de pés de maconha, com o apoio da Polícia Federal e da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco. Essa operação é permanente e, daqui a uns dois ou três meses, será realizada outra nos Estados do Maranhão e do Pará, que agora, têm aumentado muito o plantio de maconha. O Estado do Maranhão, que há 20 anos era recordista brasileiro de plantio de maconha, perdeu o lugar para os Estados de Pernambuco e Bahia e hoje, está voltando a ter uma produção muito grande.
20. Sobre o assunto, o Secretário Executivo informou que o Relatório Mundial da ONU, que vai ser divulgado no próximo dia 26, tecerá comentários sobre o aumento do tráfico de drogas no Brasil. É um momento de muito trabalho e a Polícia Federal vem intensificando seus métodos, mas não é novidade para nós, que o Brasil é o país ideal de trânsito de drogas para os países vizinhos que são os produtores. O Brasil é o único país que faz fronteira com os três maiores produtores de cocaína do mundo (Bolívia, Peru e Colômbia) e um dos maiores produtores de maconha, que é o Paraguai. Então, tem uma fronteira gigantesca, o que o torna um excelente país de trânsito de drogas, principalmente, quando essa droga é direcionada à Europa, via África. É um trabalho muito complexo, muito difícil, principalmente, pela situação geográfica que só o Brasil tem, mas a Polícia Federal, as Policiais Estaduais e os órgãos relacionados à lavagem de dinheiro vêm fazendo um importante trabalho nessa área. Faz parte da redução da oferta uma ação intensa e aprimorada e o Ministério da Justiça vem liderando esse processo contra a lavagem de dinheiro, através da estratégia nacional contra a lavagem de ativos. Isso vem dando resultado e nós temos visto prisões e apreensões de personalidades. Tudo isso é fruto de um trabalho de inteligência, de anos de acompanhamento e de amadurecimento do trabalho de inteligência, que a nossa Polícia Federal lidera com louvor.
21. Item 6 – PALAVRA LIVRE AOS CONSELHEIROS – A Conselheira Elizeta Maria de Paiva Ramos elogiou os trabalhos realizados pela SENAD, ressaltando o Curso de Juízes, que considera muito importante, não só para os juízes, mas também, para o Ministério Público, Defensoria Pública e advogados.
22. O Conselheiro Nelson Giovanelli Rosendo dos Santos, destacou o trabalho da Polícia Federal no Município de Guairá/PR, bem como a diminuição da burocracia na distribuição de bens apreendidos de narcotraficantes. Apresentou aos Conselheiros, o “Kit Prevenção”, escrito pela jornalista Jocielma Santana, composto de um livro do educador, um livro para os pais e



5 

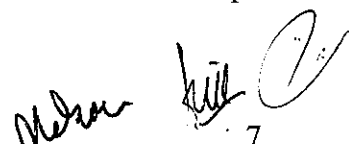
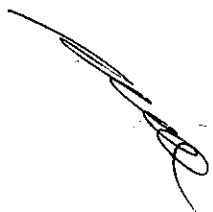
o um texto do aluno. Esse kit é direcionado às escolas de ensino médio e fundamental e conta a história de um menino de 14 anos, morador do Jardim Ângela, em São Paulo, envolvido com drogas e que hoje recuperado, exerce o cargo de Coordenador Estadual de Política sobre Drogas do Estado do Tocantins.

23. O Conselheiro Elisaldo Luiz de Araújo Carlini, elogiou o trabalho da SENAD nestes últimos cinco anos. Fez um comentário sobre o Projeto “Fé na Prevenção” e citou, como exemplo, uma idéia que surgiu no CEBRID, há cerca de 10 anos atrás, que consistia em uma pergunta simples: Por que há jovens nas favelas que não usam drogas, apesar de estarem submetidos a muita pressão para o fazerem? O estudo foi feito e surgiu um fato surpreendente. “Eram exatamente os religiosos, não importa de qual religião, que estavam dentro da favela, que os jovens ouviam, como orientação para não usar drogas. Até os terreiros, os centros espíritas, unidades evangélicas, igrejas católicas, etc, funcionavam do mesmo jeito”. Acredita que esse é um tipo de coisa que pode ser aproveitada. Informou que na Cidade de Quito no Equador, por exemplo, foi feito um trabalho chamado “Invasão do Território” em que surgiu um programa tão magnífico como esse. Isso ainda não tinha sido feito em nenhum lugar do mundo.
24. Acrescentou que o Colegiado do CONAD poderia discutir algo que tem sido um fracasso constante, não da SENAD, mas da coletividade mundial que trabalha esse assunto. Questionou por que os processos de tratamento não funcionam? Quem fala que o processo de tratamento funciona não está realmente muito atento a essa realidade que é muito triste. Se acompanharmos um segmento durante dois anos, por exemplo, vemos que as falhas terapêuticas são muito grandes, acima de 70%. Será que se mudássemos o enfoque, ou seja, se a orientação do tratamento não fosse do médico ou do terapeuta para o paciente, mas invertido, e o paciente escolhesse o tratamento, isso daria resultado? Depois de quase um ano e meio, foi aprovada uma verba na FAPESP – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo para iniciar esse processo. Citou o problema da propaganda. Acredita que a única maneira de combater a propaganda é proibi-la, porque não se consegue a propaganda boca-a-boca e essa é muito eficiente, é a que funciona entre os jovens e, até mesmo, entre os adultos. Como exemplo, narrou uma experiência vivida por ele, num espetáculo de música popular no Brasil, onde um famoso compositor da década de 60 e 70, no intervalo de duas músicas, falou o seguinte: “Não sou viciado, nem nada. Bebo porque, no fundo do copo, vejo o retrato da mulher amada”. Essa frase teve uma repercussão inacreditável perante o público. “Será que nós não temos criatividade para, em vez de tentar só proibir, começar também a fazer programas de prevenção que não seja aquela baseada na pedagogia do terror? É isso que sempre fazemos. Isso não funciona. Então, deveríamos pensar a realidade e a cultura brasileira e ver o que podemos pensar de novo”.
25. A Conselheira Luizemir Wolney Carvalho Lago informou que o Conselho Estadual de Entorpecentes do Estado de São Paulo já está fechando sua Política Estadual sobre Drogas, mas que está preocupada com a falta de estrutura tanto dos Conselhos Estaduais, quanto dos Conselhos Municipais e aproveita a oportunidade para pedir a colaboração do CONAD e da SENAD na interação nos três níveis de Governo para que os objetivos da Política Nacional sobre Drogas sejam atingidos plenamente. A seguir, fez alguns questionamentos: Qual é o lugar da Comunidade Terapêutica? A Comunidade Terapêutica diz que é na saúde, mas ela não tem Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, também não é estabelecimento de saúde. Então, onde é que ela vai estar alocada? Para funcionar como uma instituição de saúde, tem que ter as diretrizes da saúde. Uma delas é estar vinculada ao CNES, ter estrutura de saúde. O CONEN/SP está discutindo o assunto na sua Política Estadual e vai fazer algumas sugestões. Informou que na próxima reunião do CONAD deverá trazer a Política Estadual já consolidada. Comunicou que o CONEN/SP está recebendo várias denúncias sobre o funcionamento das Comunidades Terapêuticas, mas que não tem como fiscalizar essas comunidades e questiona se essa fiscalização deve ser da Vigilância Sanitária.



Finalizando, acrescentou que as iniciativas da SENAD são muito boas, mas reforçou que os Conselhos Estaduais e Municipais precisam da orientação da SENAD.

26. A Secretária-Adjunta Paulina Duarte, em resposta à Conselheira Luizemir, informou que é importante os Conselhos Estaduais saberem, que todas as atividades desenvolvidas pela SENAD são de articulação. Por exemplo, o Ministério da Educação está fazendo um projeto de prevenção, por articulação da SENAD. A SENAD tem por missão coordenar e articular as ações da Política com os Ministérios, ela não desenvolve ações na ponta da linha. É a mesma coisa em relação às Comunidades Terapêuticas. Qual é o papel da SENAD? É fazer o mapeamento dessas comunidades, porque é o órgão de política. Se a Comunidade Terapêutica está fazendo tratamento, o Ministério da Saúde é que deve se posicionar. Em relação aos Conselhos Estaduais e Municipais, sua colocação é muito pertinente. Tudo o que a SENAD faz aqui, se não reflete nos estados é porque os Conselhos Estaduais não querem. A grande dificuldade é porque os Conselhos Estaduais não têm seu papel definido. Esse é um dos desafios e a SENAD vai ter que resolver isso. Por outro lado, os estados têm autonomia para montar os seus Conselhos Estaduais e a SENAD não pode interferir. Considero importantíssimo que comecemos a discutir esse assunto. Quando a SENAD e o MEC fizeram o Projeto dos Educadores, houve muita dificuldade, porque a idéia era garantir vagas para que as pessoas dos Conselhos Estaduais se capacitassem para depois poderem articular na comunidade, embora todo o empenho da SENAD, não houve receptividade por parte dos Conselhos Estaduais.
27. A Conselheira Mônica Gorgulho considerou que sente muita falta de uma melhor comunicação interna por parte do CONAD, para que se torne mais ativo, participante e colaborador. Nesse sentido, informou estar desconfortável com sua posição no Conselho por sentir-se mais espectadora que participante, e que não era essa a sua expectativa quando aceitou ser a representante do Conselho Federal de Psicologia, junto ao CONAD. Disse que não gostaria de apresentar muitas das coisas lindas que o CFP está fazendo, ou que a Associação Internacional de Redução de Danos está realizando. Ao invés, gostaria de participar e discutir assuntos da área do CONAD. Encerrou sua fala solicitando que o CONAD se reúna mais vezes durante o ano e que é preciso transformá-lo num grupo ativo.
28. O Conselheiro Paulo Sérgio Ribeiro informou que o Ministério da Defesa está ultimando um acordo com a Receita Federal do Brasil para o combate ao tráfico de drogas na região de fronteira, com a participação efetiva das Forças Armadas e da Receita Federal. Ainda não tem esse tipo de estudo com a Polícia Federal, mas considera que todos os órgãos são importantes nessa luta contra o tráfico e o uso de drogas.
29. O Conselheiro Domingos Bernardo Gialuissi da Silva Sá manifestou sua satisfação pela participação do Ministério Público no CONAD. Ressaltou que em vinte e cinco anos trabalhando com drogas é a primeira vez que o Ministério Público faz parte do CONAD e que sem a participação do Ministério Público Federal, Estadual, STJ, do STF e dos juízes, todo o trabalho do Conselho será frustrado. Acrescentou que a Lei 11.343/2006, precisa ser vista e analisada a partir dessa nova sensibilidade. Ressaltou que em sua vivência dentro do CONF/CONAD, sempre as Comunidades Terapêuticas foram consideradas importantíssimas. Lembrou que até o NEPAD – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao uso de Drogas, que é uma outra vertente, também se abriu para a comunidade terapêutica. Tudo o mais se resolve quando essa sensibilidade acontece, então, eu quero deixar claro e testemunhar essa minha alegria, essa minha confiança de que nós vamos poder progredir, vamos poder caminhar. E, principalmente, revendo ou reanalisando o que a Lei 11.343/2006 trouxe. Eu concordo plenamente que ela é incompleta, mas dizer que é um retrocesso é um absurdo. Hoje, eu creio mais ainda que ela pode ser aperfeiçoada a partir dessa sensibilidade que eu acabei de constatar.



30. O Secretário Executivo do CONAD complementou informando que, recentemente, numa parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais foi realizado, em Belo Horizonte, o I Simpósio Sul-Americano de Magistrados, sobre a Lei 11.343/2006 e o Fundo Nacional Antidrogas. Participaram do Simpósio, magistrados de todo o País.
31. O Conselheiro Carlos Artexes Simões informou que o Ministério da Educação não tem dúvida da importância da educação nesse contexto e a participação do MEC no CONAD se torna extremamente relevante. Acrescentou que o Curso de Capacitação de Educadores realizado em parceria com a SENAD é extremamente relevante. Ressaltou que é uma estratégia importante trabalhar com os professores das escolas públicas. É um trabalho que tem uma demanda fundamental. Evidentemente, isso não resolve o tamanho do problema. A dimensão da realidade das escolas brasileiras hoje é algo dramático. Reconheceu o valor do que tem sido feito, mas com certeza, ainda tem um desafio muito grande a enfrentar. Acrescentou que o Ministério da Educação é um ator importante nesse processo. Considera importante a articulação do CONAD com outros Ministérios para que haja um fortalecimento das ações. Disse que as escolas brasileiras têm recebido muitos documentos, muitas ações, mas, na verdade, ainda há uma grande dificuldade de fazer uma política que a comunidade escolar possa efetivamente criar cultura de valores fundamentais como os relacionados com a luta sobre drogas. Por fim, colocou o MEC à disposição e acrescentou que a conscientização do jovem é fundamental para o enfrentamento da questão.
32. O Ministério da Saúde, por intermédio da Assessora Kátia Galbinski da Coordenação de Saúde Mental, se manifestou com relação às comunidades terapêuticas, principalmente, onde não há rede consolidada e onde não há CAPs. Independentemente disso, o papel das comunidades terapêuticas é reconhecido pelo Ministério e não há a menor dúvida disso. Enfatizou que o trabalho de muitas comunidades terapêuticas não está dentro das diretrizes do Ministério da Saúde e nem das normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Enfatizou que não é prioridade do Ministério da Saúde financiar comunidades terapêuticas porque ainda tem uma rede de tratamento a ser expandida em todo o Brasil e essa expansão está caminhando com dificuldades. Disse que, na verdade, o trabalho com as comunidades terapêuticas ainda precisa ser melhor discutido no Ministério da Saúde e sem dúvida o trabalho que a SENAD fez irá subsidiar essa discussão.
33. O Secretário Executivo do CONAD retomou a palavra cumprimentando a Conselheira Luizemir que no próximo dia vinte e três estará realizando um evento final, de um trabalho de articulação que vem desenvolvendo para que o Estado de São Paulo tenha a sua Política Estadual. Asseverou que todos sabem da importância dos Conselhos Estaduais. O próprio Presidente da República, em todas as suas mensagens ao Congresso Nacional sempre reitera a necessidade do fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. A coluna vertebral desse Sistema é formada pelo Conselho Nacional, Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais. Acrescentou que já esteve presente em várias reuniões com vários governadores, tentando mostrar-lhes a importância do Conselho Estadual, o que é que o Conselho Nacional e o Governo Federal esperam dos Conselhos Estaduais. Há um fator que considera de extrema importância, talvez o principal para que um Conselho funcione bem, que é a vontade política do Presidente do Poder Executivo local, que é o Governador. A mesma coisa acontece com os Conselhos Municipais. Se tiver uma prefeitura cujo prefeito não esteja motivado, não tenha vontade política, o Conselho Municipal não vai funcionar e nem vai existir. Explicou que quando a Secretária-Ajunta da SENAD falou sobre a avaliação, frisou que a SENAD vai colocar todos os seus projetos de capacitação para funcionar nos municípios, em uma capital por região, para ver o resultado que dali vai sair. O ideal seria que os Conselhos Estaduais pudessem estar junto com a SENAD nesse trabalho. Aliás, talvez o Estado de São Paulo, com a sua Política, já possa servir de exemplo para outros Estados.



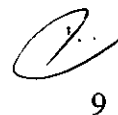
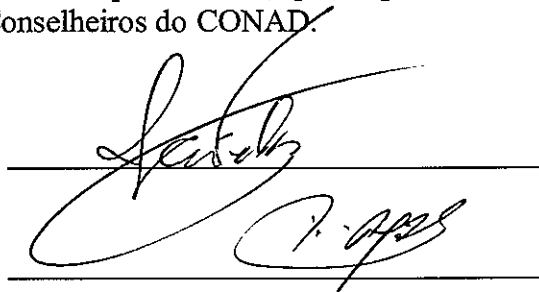
8

34. A Secretária-Adjunta da SENAD ressaltou que uma das formas de fazer com que a comunidade se fortaleça e faça prevalecer essa questão da organização e do controle social é fazendo essa capacitação dos Conselheiros Municipais. Não apenas dos Conselheiros Municipais sobre Drogas. Essa foi uma decisão que foi tomada pela SENAD. A SENAD poderia ter a melhor boa intenção, a melhor equipe técnica e todos os recursos adequados, mas se os Ministérios não correspondessem, ela não faria nada do que foi apresentado aqui. Tudo o que é feito na SENAD é em parceria. O que a Conselheira Luizemir falou está muito claro, a SENAD e o CONAD precisam fazer um trabalho de mobilização junto aos Estados, mas acredita que uma das respostas é a capacitação dos Conselheiros Municipais. Na hora em que os Conselheiros começarem a pressionar o Prefeito, o Vereador, as coisas tendem a melhorar. Essa é a história da participação social no mundo. Não é só no Brasil.
35. A respeito do assunto, o Secretário Executivo do CONAD acrescentou que a capacitação de lideranças não se refere a lideranças de nível federal. Muitas delas não são nem lideranças de nível estadual, mas são lideranças municipais. Quando se faz capacitação de vinte mil professores e educadores, estamos capacitando líderes comunitários porque os professores são líderes comunitários e são pais de família também. Quando fazemos capacitação através do "SUPERA", estamos capacitando lideranças na área de saúde. Quando fazemos a capacitação de Conselheiros Municipais, com certeza, os Conselheiros são líderes municipais. Todos eles são líderes. Acrescentou que essa é uma forma de colaborar porque, com essas lideranças capacitadas, aumenta as condições daquela comunidade ter uma rede que fale a mesma linguagem, poder interferir, ajudar e mudar a vontade política do Prefeito. Essa coisa não acontece de repente, por um decreto. O CONEN/SP está fazendo um trabalho difícil, de formiguinha, tentando reunir os seus municípios para conseguir a sua política estadual, mas teremos que ir mais longe, queremos ter as políticas municipais, um plano municipal da área de drogas.
36. O Secretário Executivo do CONAD informou aos Conselheiros que a Síntese da Gestão do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, foi colocada nas pastas e que todos podem acompanhar, fazer comentários e tirar suas dúvidas com a direção do FUNAD. Terão a oportunidade de ver que de 2003 para cá, o FUNAD doou, aproximadamente, sessenta e oito veículos e quinze aeronaves.
37. Finalizando, justificou a ausência do Presidente do CONAD que, por questões de agenda não foi possível retornar. Convidou, mais uma vez, todo o Colegiado para a solenidade de entrega do "Diploma de Mérito pela Valorização da Vida", que será realizada, amanhã, 19/06, das 13h às 15h, e para a cerimônia de abertura da X Semana Nacional Antidrogas. Nada mais havendo a tratar, o Secretário Executivo do CONAD agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. E eu, Déborah Domiceli de Oliveira Cruz, Assessora do Conselho Nacional Antidrogas, para constar, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelos Conselheiros do CONAD.

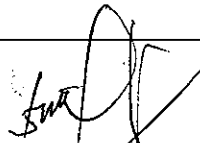
Jorge Armando Felix
Presidente do CONAD

Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa
Secretário Executivo do CONAD

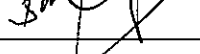
Titular: Paulina do Carmo A. Vieira Duarte
Secretaria Nacional Antidrogas



Titular: Carlos Simões Artexes
Ministério da Educação

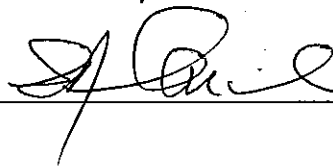


Titular: Domingos Bernardo G. da Silva Sá
Conselho Federal da OAB




Titular: Edward John B. das Neves MacRae
Antropólogo

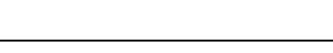
Edward John B. das Neves MacRae



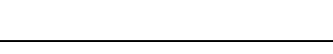
Titular: Elisaldo Luiz de Araújo Carlini
Sociedade Brasileira p/ o Progresso da Ciência



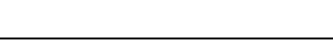
Titular: Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ministério Público



Suplente: Eric Sogocio
Ministério das Relações Exteriores



Titular: Luizemir Wolney Carvalho Lago
Conselhos Estaduais Antidrogas/Entorpecentes



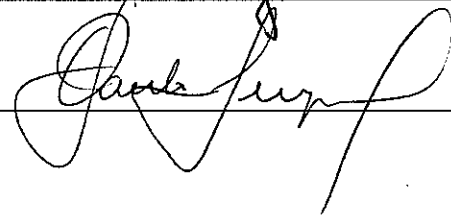
Titular: Mônica Gorgulho
Conselho Federal de Psicologia



Titular: Nelson Giovanelli R. dos Santos
Terceiro Setor – Fazenda da Esperança

Nelson Giovanelli

Titular: Paulo Sérgio Ribeiro
Ministério da Defesa



Titular: Paulo Tarso de Oliveira
Departamento de Polícia Federal/MJ



Ausentes:

SENASP/MJ; Ministério da Fazenda (COAF e Receita Federal); Ministério da Saúde/ANVISA; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Representante do Conselho Federal de Medicina; Representante da Imprensa; Representante do Meio Artístico; Representante do Terceiro Setor – SESI.

Sem indicações:

Conselho Federal de Serviço Social; Conselho Federal de Enfermagem; Conselho Nacional de Educação; União Nacional dos Estudantes.

